

A INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: A FORMAÇÃO DO EDUCADOR FÍSICO CONTEMPLA ESSA PERSPECTIVA?

Fábio Brugnerotto, Beatriz Rosana Gonçalves de Oliveira
(Orientador/UNIOESTE), e-mail: lb.toso@certto.com.br.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Cascavel – PR.

Palavras-chave: formação, educação física, saúde da família.

Resumo:

O Programa Saúde da Família (PSF) tem ampliado a diversidade de profissionais de saúde que compõem uma equipe de atuação desde que foi criado pelo Ministério da Saúde em 1994. Esse trabalho de pesquisa teve como objetivo analisar a possibilidade de inserção do profissional de educação física no PSF, por meio do estudo das políticas de saúde no Brasil e sua relação com as diretrizes teóricas da Educação Física, no ensino de graduação de uma universidade pública estadual, a fim de encontrar subsídios que possam esclarecer a função do profissional de educação física na área da saúde. Utilizou-se como metodologia a pesquisa descritiva e exploratória, cujos dados foram obtidos por meio de um formulário previamente estabelecido, com profissionais de educação física que atuam no ensino superior, os quais foram transcritos em tabelas, organizados de forma quantitativa, em estatística descritiva, não probabilística, cujos resultados foram comentados de acordo com o referencial teórico do estudo. Os resultados evidenciam a existência de sincronia entre as bases do conhecimento teórico formuladas na graduação com o papel esperado do educador físico. As políticas de saúde estão contempladas na teoria do conhecimento científico veiculado atualmente pela Educação Física e a possibilidade de inserção do profissional no modelo assistencial da saúde vigente está contemplada. Contudo, sua práxis mostra contrariedade dos fatos. Assim, os resultados demonstram que, apesar de existir consciência da função do profissional de educação física em atuar em ambientes distintos da sua área de atuação tradicional – a escola e a academia, ocorre limitação na ação/percepção de qual será o papel do profissional em programas de saúde e como o mesmo deve lidar com sua inserção em programas assistenciais. Deste modo, esse profissional não consegue se perceber como atuante no modelo assistencial de saúde pública vigente para que possa pleitear que sua área de atuação profissional seja incluída em programas governamentais de atenção a saúde preventiva.